



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Brasília (DF), 20 de novembro de 2015.

Discurso do Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil na abertura do Seminário Auditoria Interna do Poder Executivo Federal: avanços e impactos advindos da nova Instrução Normativa que substituirá a IN nº 07, de 29 de dezembro de 2006 e IN nº 01, de 3 de janeiro de 2007 e principais soluções informatizadas implantadas na atividade de Auditoria.

Excelentíssimo Ministro Valdir Simão.

Ilustres integrantes desta mesa de abertura, Senhor Carlos Higinio, Secretário-Executivo da CGU, Senhor Francisco Eduardo de Holanda Bessa, Secretário Federal de Controle Interno da CGU, e Senhor Ailton de Aquino Santos, Auditor-Chefe do Banco Central.

Estimados colegas do Banco Central e representantes dos órgãos de auditoria interna do Poder Executivo Federal.

Senhoras e senhores.

É com grande satisfação que rendo a todos uma cordial saudação de boas-vindas ao Banco Central e a este seminário.

Antes de prosseguir com estas palavras de abertura, gostaria também de expressar nosso agradecimento pelo empenho das equipes da CGU e desta Casa na organização do evento.

Por princípio, o aperfeiçoamento dos processos finalísticos e de apoio das organizações deve ser acompanhado, *pari passu*, por avanços na governança corporativa e nos controles internos.

E isso é ainda mais importante quando se trata de instituições públicas, que recebem recursos da sociedade e a ela devem prestar contas.

No Banco Central do Brasil, ao mesmo tempo em que desenvolvemos métodos cada vez mais avançados de gestão, primamos pelo suporte e pelo desenvolvimento da área de auditoria interna.

Se temos sido reconhecidos em vários fóruns por avanços em nossa governança, a exemplo da evolução no gerenciamento de projetos, de tecnologia da informação e de planejamento estratégico; somos também conhecidos pela excelência de nossa auditoria interna, seja pela capacidade de nossos quadros nessa área, seja pela qualidade de seus processos de trabalho e sistemas informatizados de apoio.

Esse tipo de conquista, evidentemente, não acontece por acaso, mas pela conjugação de quatro fatores cuja importância deve ser reconhecida.

Primeiro, as diretrizes da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União, que estabelecem um sólido arcabouço institucional para o fortalecimento da atividade de auditoria interna no Governo Federal.

Com apoio na valiosa orientação desses órgãos, as unidades de auditoria interna estão cada vez mais estruturadas e eficazes.

Segundo, o acompanhamento da evolução do conhecimento na área de auditoria e controle, por meio da participação em comitês nacionais e internacionais dedicados ao assunto, que nos tem permitido incorporar conhecimentos e processos que nos levam a evoluir continuamente nessa importante atividade.

Terceiro, a cultura de reconhecimento da auditoria interna como elemento verdadeiramente estratégico, essencial para que a Instituição alcance seus objetivos de forma segura e eficiente.

No Banco Central, temos a clara visão de que a auditoria interna é parte fundamental de nossa governança corporativa.

Não a vemos como mera obrigação legal, mas como um elemento independente de aprimoramento de nossa gestão, permitindo o uso mais eficiente dos recursos públicos que a sociedade brasileira nos disponibiliza.

Quarto, o contínuo esforço que temos despendido para aperfeiçoar as três linhas de defesa contra riscos: gestores de negócio, gestão de risco e auditoria interna.

A parametrização de riscos pelos gestores de negócio é condição *sine qua non* para o estabelecimento de controles eficazes para o tratamento dos riscos identificados, de modo que sua eventual materialização afete com menos intensidade a consecução dos objetivos estratégicos traçados.

A atuação do Departamento de Riscos Corporativos e Referências Operacionais – o Deris – é emblemática nesse sentido. A própria criação dessa unidade, em 2011, foi fruto de interação do Banco Central com a CGU e o TCU.

O Deris trabalha em conjunto com os gestores para mapear processos de trabalho e riscos inerentes, auxiliando na implantação de controles internos.

A Auditoria Interna, por seu turno, avalia os controles internos implantados e emite sua opinião independente quanto à sua adequação.

Essa atuação articulada dos gestores, do Departamento de Riscos e da Auditoria Interna tem sido um importante fator para o cumprimento de nossa missão institucional.

Como destaquei anteriormente, esses avanços de governança não seriam possíveis sem a valiosa contribuição de órgãos como a CGU e o TCU.

O aprimoramento de vários processos de trabalho e controles internos é fruto do relacionamento colaborativo com aqueles órgãos, sempre pautado pelo elevado espírito público que caracteriza os interlocutores envolvidos.

Temos a clara visão de que a interlocução entre gestores públicos e órgãos de controle é necessária e mutuamente proveitosa. O diálogo entre controle e gestão, entre legitimação e foco finalístico, entre adequação e especificidade técnica é fundamental para o bom funcionamento de sociedades democráticas.

De um lado, administradores de recursos públicos devem perceber o valor intrínseco do contraponto constitucional do controle. De outro, órgãos de controle devem compreender a função e as especificidades técnicas da atuação do gestor público. Nesses termos, condutas sinérgicas devem ser construídas entre esses atores, de modo a dar a plena eficácia, eficiência e efetividade ao dispêndio público, preservando ao mesmo tempo o Erário e o bem público apoiado no processo em análise.

É uma satisfação, pois, perceber avanços nesse sentido, como as reuniões técnicas e os treinamentos organizados em conjunto com a Controladoria Geral da União.

Na mesma linha, as reuniões temáticas com representantes do Tribunal de Contas da União sobre processos de trabalho do Banco Central e apontamentos da Corte seguem agregando valor para o trabalho de ambas as instituições e homenageiam a transparência.

Senhoras e senhores.

Eventos como este bem demonstram que órgãos controle e entidades auditadas podem e devem atuar de forma colaborativa em benefício do interesse público.

Boas práticas de governança são resultado de processos de aprimoramento da gestão que podem exigir centenas, ou mesmo milhares de horas de trabalho, além de vultosas somas de recursos públicos.

Assim, foros que permitam o compartilhamento de práticas e soluções voltadas à excelência da gestão pública prestam grande serviço à eficiência administrativa.

Hoje, as senhoras e os senhores poderão discutir soluções informatizadas de auditoria interna desenvolvidas pelo Banco Central e por outros órgãos da Administração Pública.

Para materializar esses sistemas, cada um desses órgãos superou desafios técnicos, orçamentários e financeiros. Seu compartilhamento, pois, vai ao encontro da busca permanente pela melhor eficiência no uso de recursos públicos.

No caso do Banco Central, compartilharemos o conhecimento institucional reunido em torno do Sistema Auditar, solução que apoia todo o ciclo de auditoria interna, do planejamento dos trabalhos ao acompanhamento dos apontamentos da auditoria e dos planos de ação estabelecidos pelos gestores. O sistema também permite o monitoramento das demandas, das

determinações e das recomendações proferidas por órgãos externos de controle.

A qualidade do sistema já ensejou, inclusive, a celebração de acordo para sua disponibilização ao Senado Federal e estamos finalizando tratativas no mesmo sentido com o Tribunal Superior Eleitoral e o Conselho Nacional de Justiça.

Como gestor público, faço votos que este seminário inspire novas iniciativas de compartilhamento de soluções como essa.

Para concluir, desejo a todos um dia agradável e produtivo em nossa Casa, ao tempo em que presto minha justa e especial homenagem pelo Dia Nacional do Auditor Interno.

Obrigado.